

ENERGIA

Alego vai investigar contrato do governo com Equatorial



Objetivo é entender os compromissos para cobrar o cumprimento. CPI não está descartada. **Página 7**



ANO 34 - Nº 1.766 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 5 A 11 DE NOVEMBRO DE 2023
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ESCOLA

60% dos jovens completam o Ensino Médio até os 24 anos



Em Goiás, o abandono foi de 1,3% no Ensino Médio e 0,5% no Fundamental em 2021. **Página 11**

TRIBUNA JURÍDICA

Guarda Municipal não tem competência contra tráfico de drogas

Guardas só podem fazer busca pessoal se houver relação com a proteção do patrimônio municipal ou para assegurar execução de serviços, de acordo com o STJ.

Página 6

SEGURANÇA

Prefeitura investe R\$15 mi em videomonitoramento

Divulgação



Mais de 2 mil câmeras de alta definição foram instaladas em pontos estratégicos da capital e são acompanhadas por uma central na Sictec. **Página 10**

8 DE JANEIRO

Investigações devem ter mais desdobramentos

A tendência é prosseguir identificando fatos e autores, responsabilizando os envolvidos, analisa advogado do Mova. **Página 6**

SOCIAL

Plano Brasil sem Fome atende 1,6 mil famílias

Secom Goiás



Cerca de 1,6 mil famílias goianas inscritas no PAA vão receber R\$ 4,6 mil para fortalecer a produção da agricultura familiar. **Página 8**

VASSIL OLIVEIRA

Quem corre demais tropeça

Pré-campanha não é momento para definição de chapa. É para pesca de aliados. **Página 3**

ENTREVISTA

MATHEUS RIBEIRO

Jornalista e pré-candidato a prefeito de Goiânia pelo PSDB

Jornalista só aceita disputar eleição para prefeito da capital em 2024

Suplente de deputado federal, o jovem não se dispõe a participar de prévias e será candidato apenas se a escolha de seu nome for resultado de um consenso entre os tucanos. **Páginas 4 e 5**

Divulgação

EDITORIAL

Desmilitarização da PM

A semana foi marcada pelas falas do governador Ronaldo Caiado dirigidas ao desembargador Adriano Roberto Linhares Camargo, que, durante um julgamento da Seção Criminal do TJ-GO, que ele integra, defendeu a extinção da Polícia Militar. Os desembargadores julgavam um caso ocorrido em Aparecida de Goiânia, em que policiais entraram na casa de um suspeito sem mandado judicial, contrariando a lei.

Durante o julgamento, Linhares e os outros desembargadores fizeram críticas à atuação dos PMs no episódio. Ao final, Linhares fez uma "reflexão pessoal" que despertou a ira do governador. Ele disse: "para mim, tem que acabar com a Polícia Militar". Antes de viajar para a China, o governador gravou um vídeo em que chamou o desembargador de "agressivo", disse que ele "está cooptado por outras forças do crime no nosso estado" e anunciou que pediria seu impeachment.

As propostas de fim da PM e de desmilitarização da força, no entanto, não são uma novidade. Há inclusive Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso Nacional com essa previsão. Há argumentos consistentes, tanto a favor da desmilitarização — ou, em caso extremo, de fim — da PM como contrários.

Em 2012, a Dinamarca recomendou, em reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil extinguisse a PM. A ideia foi negada, até por previsão constitucional da Polícia Militar, mas o debate sobre a desmilitarização prossegue. Estudos confirmam o que se percebe no cotidiano, o alto custo do sistema militar.

Uma pesquisa realizada em 2014 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), revelou que 73,7% dos praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) são favoráveis à desmilitarização.

Entre os argumentos contrários, estão o risco de instabilidade institucional, devido ao enfraquecimento da hierarquia e disciplina do aparato repressivo do estado, e que isso facilitaria a prática de excessos por parte de uma polícia ostensiva sem o controle do Código Penal Militar.

Mas isso é assunto de estado e deve compor um debate sobre modelo de estado; não cabe na seara pequena dos pleitos eleitorais.

ARTIGO

Eleição Presidencial: um ano depois

Às 19h56 do dia 30/10/2022, um domingo, com 98,91% das urnas apuradas, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) proclamou matematicamente a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa à Presidência da República. No total, o petista conquistou seu terceiro mandato com 50,90% (60.345.999 votos) contra 49,10% (58.206.354 votos) do então presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi o primeiro titular do cargo a não conseguir a reeleição. Encerrava-se então a disputa mais acirrada de nossa história. Se encerrava mesmo? Sim e não.

Alimentados com teorias conspiratórias sobre o processo eleitoral durante os 4 anos de seu governo, assim que os resultados foram proclamados, os apoiadores de Jair Bolsonaro saíram às ruas não aceitando a derrota do ex-militar. Em um primeiro momento, bloquearam rodovias Brasil afora com o objetivo de provocar uma crise de abastecimento. A estratégia foi mudada poucos dias depois quando o próprio presidente pediu para que seus adoradores

abertassem a ideia. A tática foi alterada e passaram a acampar em frente a quartéis do Exército pedindo intervenção e outras ideias fora da Constituição.

À medida que a posse de Lula ia se aproximando, a temperatura subia com protestos violentos no dia de sua diplomação pelo TSE (em 12 de dezembro) e tentativa fracassada de atentado contra o aeroporto de Brasília em plena véspera de Natal. O auge da escalada foi já nos primeiros dias de gestão lulista, em 8 de janeiro, com o ataque a Brasília por parte de bolsonaristas que culminaram com a depredação da sede dos 3 Poderes.

Não houve transição governamental adequada e encontro entre o presidente que saía e o que retornava. Bolsonaro, aliás, não reconheceu explicitamente a derrota até hoje e foi para os EUA antes de encerrar seu mandato para não cumprir o rito democrático de transmissão do cargo.

Investigações continuam sendo feitas sobre os atos antidemocráticos, prisões foram efetuadas e a tempera-

tura continua acima do normal em um país ainda fraturado. Lula vira e mexe cita seu antecessor em seus discursos e vice-versa. Bolsonaro, aliás, está inelegível desde junho, é investigado em diversos inquéritos, mas continua com boa popularidade. Muitos desses, aliás, acreditam até hoje que a eleição foi fraudada.

É natural que os ânimos fiquem exaltados em períodos de disputa e em uma eleição não é diferente, mas é lógico também que, com o tempo, a realidade se imponha e que vencedores e vencidos lidem com suas responsabilidades. Fechando cicatrizes e com olhos para o futuro. Seja o do Brasil ou o da próxima eleição.



Caio Bruno é profissional de Comunicação e Marketing Político

ARTIGO

Um olhar atento para a alimentação inclusiva

É cada vez mais comum encontrarmos pessoas com necessidades alimentares específicas. Seja por uma dieta para ganho ou perda de peso, por questões fisiológicas ou metabólicas, como no caso de diabéticos e celíacos, ou mesmo por filosofia de vida, a exemplo de vegetarianos e veganos. O olhar atento para esse público mostra um mercado em expansão. Mas, além dos cuidados com a segurança alimentar e as técnicas de manipulação, um desafio se apresenta: assumir uma postura mais empática que substitua o

conceito de restrição pela inclusão.

Ainda é comum nos depararmos com o termo "dieta restritiva" que, naturalmente, exclui do cardápio do indivíduo determinados alimentos e, consequentemente, o impede de frequentar restaurantes ou mesmo reuniões familiares. Precisamos nos despir dos pré-conceitos e nos prepararmos para acolher esse público, cada vez mais exigente.

No Brasil não há uma estatística precisa, mas a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia

(ASBAI) atribui o aumento recente das alergias alimentares às mudanças no estilo de vida da população. O consumo excessivo dos ultraprocessados se apresenta como maior vilão. Estima-se que, atualmente, quase 10% da população infantil no mundo tenha algum tipo de alergia alimentar.

Na contramão desse cenário, cresce o número de pessoas que anseiam por um mercado gastronômico mais atento às necessidades de quem cultiva um estilo de vida saudável, com bons hábitos alimentares, sem abrir mão da

qualidade e dos sabores. No mesmo sentido, diabéticos, alérgicos e intolerantes já não devem deixar de frequentar ambientes por falta de alternativas. E quem opta por um modo de vida que recusa alguns alimentos deve, no mínimo, ser respeitado em seus princípios.

Fato é que a tecnologia tem contribuído com avanços para a gastronomia e a oferta de produtos e serviços para esses públicos tem aumentado. Mas aqui estamos falando do lado humano que deve acompanhar esse processo. O se colocar

no lugar do outro, buscando entender e atender melhor suas necessidades. Só assim substituiremos o ultrapassado conceito de restritiva, que exclui, por uma alimentação verdadeiramente inclusiva.



Cecília Barcelos, instrutora de Gastronomia do Senac Goiás



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62.99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

Quem corre demais na pré-campanha, tropeça na campanha

Permitam-me insistir em um tema. Parece que há uma incompreensão sobre o que é e o que fazer na pré-campanha. Muitos estão jogando na pré o jogo da campanha. E isso acaba criando desgastes mais do que qualquer outra coisa - melhora na imagem e aumento da exposição positiva para ser captada nas pesquisas, por exemplo.

Pré-campanha não é momento para definição de chapa. É mais oportunidade de pesca de aliados. Vemos o governador Ronaldo Caiado (União Brasil). Por que interessaria a ele decidir agora os seus candidatos? Para ele, com raras exceções, a hora é de estimular aliados a colocar o nome na rua e nas redes. Lá na frente ele escolhe a quem vai hipotecar o seu apoio.

Vale o mesmo princípio para o ex-presidente Jair Bolsonaro. Bolsonaro é uma liderança que despontou em 2018. Não tem nem partido que de fato o represente. O PL é uma legenda emprestada que até pouco tempo atrás era aliada do PT. O PT é, sim, um partido consolidado, que se reconhece em seus filiados e poten-

Sua bênção

Sebastião Barbosa da Silva, que vem a ser o proprietário deste jornal, é um homem de fé. Testemunho isso desde que entrei na Tribuna pela primeira vez, quando ainda se chamava Jornal da Segunda. Tião não gosta muito de ser chefe. Prefere ser amigo. Nos tornamos amigos. Fazemos aniversário próximo, diferença de um dia. Imagina, dois cabras de escorpião.

Já dei muito trabalho pra ele. Imagina, ele é um escorpião sábio, vivido. E eu cheguei muito jovem na redação. Fizemos história, com uma equipe maravilhosa e o estímulo dele. Mas sempre desafiando, principalmente, ele. Vejam só. A gente desafiava o dono, e ven-



ciais candidatos. Natural que escolha Adriana Accorsi como candidata a prefeita em Goiânia e já a coloque em campo para ganhar musculatura. Outro tipo de exceção.

Conversar, ouvir, interagir, ouvir mais, conversar mais, ouvir mais um pouco, apresentar-se à população antes de ir pedir o voto, mostrar o que pensa, melhorar a imagem (para os que estão com problemas), tudo isso é atividade de pré-campanha. E prospectar aliados, partidos. Participar de eventos, estar presente nas comunidades. Organizar o discurso e o posicionamento eleitoral, com pesquisas e estratégias definidas.

Há muito o que ser feito. Mas não está na

lista fechar portas. Correr para definir-se como candidato do governador sem saber se lá na frente vai ter esse apoio, ou pior, ver o governador na reta final optar por descarregar tudo em seu adversário, é dar oportunidade ao azar. É criar um problema desnecessário por antecipação e ansiedade.

Não interessam essas definições nem ao governador nem a muitos nomes que pretendem ir às urnas. O que não quer dizer que o correto seja distanciamento e negação ao governador. Quer dizer que é hora de manter a bola no pé, sem necessidade de chutar para gol. Administrar o jogo que está sendo jogado por todos, enquanto o

tempo passa até as convenções.

Ansiedade não é parceira de ninguém, muito menos na pré-campanha. Lembro nessas horas de uma vez que acompanhei um time de jovens de São Miguel do Passa Quatro numa partida num clube em Goiânia. Os adversários eram todos gordos e mais velhos. A meninada vinha de vitórias seguidas na região da Estrada de Ferro e ganhava todas. Velocidade total nas pernas.

O jogo começou e essa meninada de 18 anos, por aí, deitou e rolou, correndo pra lá e pra cá. Estava fácil, embora gol mesmo não tivesse saído até ali pelos 15 minutos. De repente... gol. Deles. Dos velhos gordos. Surpresa, claro. Aí fui observar melhor. A meninada corria, corria e não virava nada. O adversário tocava a bola com facilidade, os caras nem saíam do lugar. E pior (engraçado também): os meninos batiam no corpo dos outros jogadores e pareciam arremessados longe.

Perdemos de goleada e terminamos de língua pra fora. Mas ficou a lição. Erramos na pré-campanha, apanhamos feio na campanha.



vassiloliveira@gmail.com

ELEIÇÕES 2024

De crise em crise

Andréia Bahia

Desde que assumiu a Prefeitura de Goiânia, Rogério Cruz (Republicanos) sai de uma crise para entrar em outra, a maioria envolvendo a Câmara Municipal. A mais recente ocorreu na semana passada, com a demissão de servidores comissionados e de função de confiança dos quadros da administração municipal indicados por vereadores do bloco Vanguarda, formado por Igor Franco (SD), Welton Lemos (Podemos), Lucas Kitão (PSD), Gabriela Rodart (PTB), Paulo Magalhães (UB) e Markim Goyá (Patriota), e que até então compunha a base do prefeito na Câmara.

Para além dos fatores específicos que desencadearam essa última crise, está a instabilidade que permeia a relação entre os poderes Legislativo e Executivo desde o início e que levou o prefeito a buscar, em março deste ano, o ex-deputado Jovair Arantes para intermediar o diálogo com os vereadores. O presidente da Câmara, vereador Romário Policarpo (Patriota), que atua nos bastidores, reagiu à tentativa do prefeito de se fortalecer frente aos vereadores. As críticas de Policarpo à administração Cruz renderam inclusive a criação da CPI da Comurg, que não deu em nada enquanto investigação, mas serviu à cobiça por cargos dos vereadores.

Em uma segunda tentativa de melhorar a relação com a Câmara, Cruz criou um grupo com o marqueteiro Jorcelino Braga, presidente do Patriota, e que conta também com a participação de Policarpo. Volta e meia alguém noticia que o grupo está prestes a implodir e algum membro vem a público negar. Considerando a demissão intempestiva dos indicados do bloco Vanguarda, a instabilidade se mantém e resta saber se pelo menos a autonomia Rogério Cruz está conseguindo restaurar.

Se as medidas tiveram impacto na Câmara, nas pesquisas de opinião, não. Cerca de 60% da população desaprova a administração municipal e Rogério Cruz aparece com apenas 6% das intenções de votos, enquanto é o mais rejeitado entre os pré-candidatos, por cerca de 40% dos entrevistados. Provavelmente, outra crise se avizinha.



Vi os meninos deles crescerem, eles viram os meus ganharem prumo. Uma convivência sadia, abençoada. De funcionário da gráfica de O Popular a

dono de um dos semanários mais importantes do estado, Tião faz história. História escrita no jornal e na vida dos goianos. É um homem abençoado.

ENTREVISTA

“Não sou pré-candidato a vereador nem a vice, apenas a prefeito”

Suplente de deputado federal pelo PSDB, o jornalista colocou seu nome à disposição do partido para disputar a Prefeitura de Goiânia em 2024. Ele afirma que Marconi Perillo, agora presidente do partido, manifestou interesse pela sua candidatura e lhe disse haver espaço para construção do projeto dentro do partido, que tem outra pré-candidata, a vereadora Aava Santiago. Matheus afirma que não irá disputar prévias e que só será candidato se a escolha de seu nome for resultado de um consenso entre os tucanos.

TRIBUNA DO PLANALTO

Por que acredita que está preparado para administrar Goiânia?

MATHEUS RIBEIRO

Esse é um processo em que precisamos construir, esse preparo. Primeiramente, sou um jornalista que há dez anos acompanha e vive a rotina desta cidade. Cheguei a Goiânia adolescente, aqui fiz meu curso superior, construí minha trajetória profissional e pude conhecer a cidade de Norte a Sul. Uma boa gestão se faz sobretudo com capacidade de diálogo, e essa é uma característica própria dos bons jornalistas, que primeiro precisam ouvir antes de falar. Quando o partido trouxe essa intenção de contar com meu nome na disputa para a Prefeitura de Goiânia, isso me deixou

muito honrado, mas ao mesmo tempo diante de um grande desafio, para o qual não posso ser pretensioso, muito menos vaidoso. Elencar motivos que me fazem sentir preparado para administrar Goiânia seria, de certa forma, presunçoso da minha parte. Enquanto profissional, tenho uma carreira que já é conhecida por muitos; enquanto político, comecei minha trajetória sendo candidato a deputado federal pelo PSDB, sou primeiro suplente depois de uma votação expressiva, quase 147 mil votos em 242 municípios. E foi a minha primeira oportunidade de unir a minha experiência profissional, enquanto cidadão, enquanto homem que acompanha a sociedade e tem interesse em colaborar para resolução dos problemas que vivemos com a política. E o que eu vi na política foi uma necessidade muito latente de renovação. O que observamos hoje em Goiânia é uma gestão incapacitada para promover, por meio do diálogo, soluções para o capital. Justamente por isso não temos uma articulação que leve eficiência, eficácia para as questões que a população precisa ver resolvidas. O único motivo que posso elencar é a minha capacidade de ouvir as pessoas e a sociedade para construir um entendimento. Um



Matheus Ribeiro

Jornalista e pré-candidato a prefeito de Goiânia pelo PSDB

“Um bom prefeito é alguém que precisa ter essa capacidade para formar um time competente e responsável, sobretudo qualificado, que conhece e vivencia a cidade, que não caia de paraquedas no nosso município.”

bom prefeito é alguém que precisa ter essa capacidade para formar um time competente e responsável, sobretudo qualificado, que conhece e vivencia a cidade, que não caia de paraquedas no nosso município apenas para ocupar uma lacuna de interesse político e partidário e conseguir resolver os problemas

que tanto prejudicam a vida do goianiense.

Sua juventude mais ajuda ou mais atrapalha?

A juventude sempre teve esse papel dúbio na minha trajetória. Eu comecei a apresentar jornal aos 21 anos de idade e era até natural que algumas pessoas olhassem aquele rapaz tão jovem e desconfiassem se ele realmente tinha as competências necessárias para uma missão como essa, falar com milhões de goianos. Isso eu fui demonstrando com trabalho e sobretudo com humildade para conseguir me referenciar através das pessoas que têm mais experiência e uma trajetória mais longa que a minha. Não se pode desconsiderar os atributos positivos que a juventude traz, sobretudo olhar para a frente, para o futuro que desejamos construir. Essa é uma capacidade muito própria de uma juventude que está preocupada em trazer renovação. Quando se observa o cenário político brasileiro é muito desolador do ponto de vista da formação de novas lideranças. Muitas cartas que se

vê nessa mesa já estão repetidas no baralho há décadas. São herdeiros de herdeiros de herdeiros, e isso é muito sintomático para a construção de uma democracia mais forte. Se por um lado a juventude pode trazer um certo receio a respeito de competência, por outro lado, a juventude traz ousadia, disposição e coragem para, com muito trabalho, mostrar as minhas habilidades e mostrar o que posso fazer também na gestão pública, não apenas na iniciativa privada.

Como se dará o processo de escolha do pré-candidato a prefeito de Goiânia no PSDB?

Eu não posso falar pelo partido e acredito que esse tem que ser um processo interno. Eu não sou um candidato a prévias e acredito que o PSDB, até pela configuração que o partido tem hoje, pelos desafios que enfrenta e pelo processo de reinvenção que passa, precisa tomar essa decisão de uma forma consensual, dentro das fileiras do partido e do seu diretório estadual.



O que depende de sua atuação nesse processo?

O que estamos fazendo é construindo alianças. Um projeto como esse não é um projeto individual; uma candidatura a prefeito, por mais que seja representada por uma pessoa, homem ou mulher, precisamos construir coletivamente, a várias mãos. O primeiro passo para que isso acontecesse foi uma conversa com o presidente do meu partido, Marconi Perillo, que manifestou o interesse em minha candidatura e mostrou que havia espaço para essa construção dentro do partido; o segundo e mais recente foi a aproximação política com a vereadora Aava Santiago, que faz um brilhante trabalho na Câmara Municipal, é um claro exemplo dos benefícios que a renovação traz para política, e já acertamos que não competimos um com o outro. Temos trajetórias muito semelhantes e visões de mundos semelhantes, temos pontos de divergência, mas a convergência fala muito mais alto e acredito que a Aava tem um futuro político muito grande. Um exemplo dos benefícios que a mulher na política pode trazer, que a mãe na política traz para esse cenário que vivenciamos hoje. Não apenas na Câmara Municipal, mas a nível de Brasil. Caso a Aava seja a candidata, ela terá meu apoio e ela já manifestou que, sendo eu o candidato, terei o apoio dela.

Sua pré-candidatura tem apoio declarado de alguma liderança do partido?

Apoio declarado ainda não é o momento porque o partido ainda não conseguiu ter momentos próprios para que isso fosse discutido, fosse viabilizado. Tenho grandes amigos, grandes parceiros e quero deixá-los muito à vontade para que eles manifestem esse apoio quando julgarem necessário.

O PSDB está em um momento de reestruturação em todo país. Qual a importância desta eleição municipal para essa reestruturação?

O grande motivo da crise vivenciada hoje pelo PSDB é que o partido se desconectou da sociedade, se descolou de onde a política acontece, que é nas ruas, nas praças, nas redes. O movimento de reestruturar o partido - que eu venho chamando até de reinvenção - porque não há dúvidas de que o PSDB é um partido que tem história, tem legado, tem capacidade de realizar, conta com ótimos quadros, talvez um dos quadros mais qualificados do

Brasil, esse processo de reinvenção não tem outra forma de começar se não pelas eleições municipais, se não elegendo vereadores, que têm contato mais direto com a população. Um processo de reinvenção do partido não se faz elegendo presidente da República, mas, sim, vereador nos mais de 5 mil municípios do país, estruturando os diretórios municipais, tendo candidatos a prefeito, mostrando a visão ideológica do partido, com respeito às realizações que já foram feitas à população. Não é nem defender que as eleições municipais sejam uma oportunidade de reestruturação, acredito que é a única. Isso tem que ser feito de uma forma sincera e respeitando a independência e a autonomia dos seus quadros, que foi o motivo pelo qual eu busquei o PSDB.

Na sua avaliação, o que levou o PSDB a essa crise que reduziu tanto a importância do partido no cenário político?

Nós tivemos o fortalecimento de uma visão de extrema-direita no país e o PSDB não é um partido de extrema direita. O PSDB é um partido de centro, da social-democracia. No momento em que tivemos, não apenas no Brasil, mas em um contexto internacional, o fortalecimento da extrema direita e a decisão do PSDB de não aderir a esse discurso, ficou uma lacuna muito grande. A forma de se reconectar com a sociedade e com as pessoas é justamente apontando caminhos mais palpáveis, mais seguros, menos aventureiros, que tensionem menos a nossa democracia e o nosso viver político, porque a política no Brasil se tornou briga de torcida organizada, e não é por aí. Não é com esse sentimento de ódio, de raiva, que no passado foi alimentado pelo próprio PSDB muito oportunamente e pelo próprio PT, nessa dicotomia que sempre interessa aos polos políticos. Essa é uma visão muito superficial quando se fala da sociedade que nós queremos, uma sociedade cada vez mais complexa, cada vez mais difícil. Quando se observa uma sociedade tomada pela pós-verdade, com pessoas muito mais propensas a acreditarem naquilo que reforça seus ideais e opiniões quando as fake news encontram terreno fértil para proliferarem e se percebe esse avanço da extrema direita no contexto inclusive internacional, acredito que foi aí que o PSDB se desconectou porque não soube ajustar o seu discurso e sensibilizar a parte da



população que não é tomada pela extrema direita, mas pela indignação, revolta, desesperança, infelicidade com alguns modelos de gestão. Precisamos tirar o medo como motor da política e construir a política pelo viés da esperança, da austeridade e da capacidade de realizar.

Os governos do PSDB foram os responsáveis pelas reformas que formaram o estado brasileiro e o partido sempre teve um discurso pautado na modernização da administração pública. Esse discurso deixou de ser importante e por isso o partido perdeu seu protagonismo?

A visão ideológica do PSDB é a da social-democracia e, na social-democracia, não é pauta defender ou condenar religião A ou B, ter uma conduta de ser contra a união homoafetiva, muito pelo contrário; a social-democracia defende as liberdades individuais. Esse é um pilar importante inclusive que me levou ao PSDB. Eu sou um homem gay, um jornalista, defendendo a liberdade de expressão, de imprensa, religiosa. Não posso concordar, aceitar ou fazer vistas grossas para discursos que vão contra esse tipo de situação, não posso estar em um partido que passe pano para esse tipo de escárnio, que muitas vezes não passa de mera cortina de fumaça para que não discutamos os reais problemas do Brasil, do estado, da cidade. Veja que há câmara municipal que está preocupada em dar título de cidadão para Benjamin Netanyahu sem resolver os problemas básicos da cidade. Isso é a prova da ignorância, da falta de visão política e de cidadania que temos hoje entremeadas no poder. O fato de o PSDB não

Houve uma redução das nossas bancadas e, à medida em que há essa redução, passamos a ter que lidar com esse tipo de declaração, que menospreza a democracia. Não existe governo sem oposição.

aderir a esse discurso dogmático, dos costumes ou de impor regras em relação à vida das pessoas, desconsiderando as liberdades individuais, os princípios da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, não é por aí que o partido vai conseguir reajustar o discurso. Ao contrário, é fazendo a defesa dessas liberdades e mostrando que, sim, a política tem que estar capacitada do ponto de vista administrativo, fortalecendo as ferramentas democráticas para isso. Vivemos em uma sociedade onde temos formas muito mais fáceis, disponíveis e acessíveis de consulta à população, de gestão participativa, de ter uma formação de quadros na administração municipal que vai muito além do compadrio, do feudo político, da divisão partidária pelos seus interesses muitas vezes mesquinhos, engavetando comissões de investigação, distribuindo cargos, porque o resultado que

vemos disso é claro: uma metrópole que outrora era conhecida nacionalmente pela sua beleza, pela sua natureza, pelo seu avanço, pela sua prosperidade e pela sua gente feliz, está tomada pela sujeira, pelo lixo, pela inoperância, pela falta de perspectiva de gestores que não conhecem a cidade. Temos que reconstruir esse discurso e sensibilizar a população de que, sim, a gestão na política é fundamental. Isso não significa que o prefeito tenha que ser administrador ou que o secretário de Saúde tenha que ser médico, mas que sejam pessoas habilitadas, competentes e dispostas a construir um diálogo com quem entende, vivencia a cidade para a formação de uma gestão participativa.

O PSDB é oposição ao prefeito Rogério Cruz e ao governador Ronaldo Caiado, todavia, o governador já afirmou que não tem oposição e o prefeito também parece ter anulado a oposição. O PSDB, que na maioria das vezes foi governo, tem conseguido se impor como oposição?

Acho que conseguir se impor como oposição está evidente. Veja o trabalho da vereadora Aava Santiago na Câmara Municipal, sendo muitas vezes uma das únicas vereadoras a levar ao conhecimento do Ministério Público situações que vivenciamos na cidade. Basta ver a atuação dos nossos deputados estaduais na Assembleia Legislativa, desempenhando o mesmo papel. Acredito que o que houve foi uma redução das nossas bancadas. Isso é um fato, não uma opinião. À medida em que há essa redução passamos a ter que lidar com esse tipo de declaração, que menosprezam a democracia. Não existe governo sem oposição, isso é conceitual, não é elemento de opinião. Todo governo tem sua posição. Muitas vezes aquela oposição é velada, está no gabinete ao lado e muitos governos contam com oposições internas. Isso é um fator da política, o parceiro de hoje pode não ser o parceiro de amanhã. O PSDB tem coragem de se posicionar como oposição, mas sem fazer aquela oposição visceral, raiosa ou histriônica ou aquela oposição de rede social, que é muito mais espetáculo do que ação. A atuação dos nossos quadros se dá num contexto muito mais prudente e responsável.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

8 DE JANEIRO

Investigações devem ter mais desdobramentos

Advogados apontam consequências concretas, como condenações, e tendência de rigor nas responsabilizações

Carla Borges

As iniciativas para responsabilizar os responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas, já têm as primeiras consequências, como as condenações dos primeiros julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a aprovação do relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), mas as investigações devem se desdobrar. A avaliação é do advogado, especialista em Direito Público e presidente do Movimento de Valorização da Advocacia e da Sociedade Civil (Mova), Thárik Uchoa. “A tendência é prosseguir essa linha de identificação de fatos e autores, desembocando em responsabilizações após as ações judiciais”, analisa.

Especialista em Direito Constitucional, Ovídio Ferreira Neto tem a mesma visão sobre o assunto e também destaca objetivos alcançados pela CPMI. “Apesar do clima de polarização, a CPMI ajudou a esclarecer uma série de fatos, resultando na demissão do ministro Gonçalves Dias do Gabinete de Segurança Institucional ainda na fase preliminar de instauração da comissão”, exemplifica.

Para os advogados, é possível verificar outros efeitos práticos, como os inquéritos em tramitação no STF, que investi-

gam o possível envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de autoridades do seu governo com a tentativa de golpe de estado e a proposição de projeto de lei, apresentado em função dos fatos ocorridos naquele dia. Além disso, houve a identificação de vários envolvidos nos atos, com uma série de prisões preventivas e apreensão de bens deles, inclusive de documentos, aparelhos celulares, computadores e outros.

LEGISLAÇÃO

Como especialista em Direito Público, o presidente do Mova avalia que as condutas dos agentes públicos durante os atos no dia 8 de janeiro feriram, pelo menos, dois princípios fundamentais, que são a impessoalidade e a legalidade. O primeiro prevê que os agentes públicos não podem dispensar tratamento diferenciado a determinadas pessoas ou tomar partido de qualquer linha ideológica no exercício profissional na administração pública; o segundo estabelece que esses agentes só devem fazer estritamente o que está previsto em lei.

“Durante os atos antidemocráticos, foram publicadas fotos emblemáticas de alguns agentes públicos junto com os apontados como vândalos e foi possível perceber omissão na proteção do patrimônio público, o que fere os princípios da impessoalidade e da legalidade”, pontua. Tais condutas são passíveis de punições previstas no Código Penal, como aponta o presidente do Mova, o que deve se dar com o prosseguimento das investigações.

Para Ferreira Neto, os fatos criminosos de 8 de janeiro chamaram a atenção para uma legislação especial, a Lei 14.197, de 2021 (crimes contra o Estado Democrático de Direito). “Uma lei que também será observada para a responsabilização dos autores diretos, dos financiadores e dos instigadores”.



Thárik Uchoa:
“Responsabilização prossegue”



Ovídio Ferreira Neto:
“CPMI ajudou a esclarecer”

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Guarda Municipal não tem competência contra tráfico

As Guardas Municipais só podem fazer busca pessoal se houver relação clara, direta e imediata com a necessidade de proteger a integridade dos bens e instalações municipais ou assegurar a adequada execução de seus serviços. Esse foi o entendimento da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para manter a absolvição de um homem condenado por tráfico de drogas depois de ser abordado e revistado por guardas municipais.

Jurisprudência pacífica

O habeas corpus foi pedido pela Defensoria Pública de São Paulo. Em decisão monocrática, o ministro Ribeiro Dantas concedeu a ordem de ofício, aplicando a jurisprudência pacificada pelo STJ de que as guardas têm ação restrita à proteção do patrimônio, vedada a atuação polícial de essas instituições.

Interpretações

O STJ tem sido demandado depois da decisão do STF de que as guardas integram as forças de segurança. Foi com base nesse julgado que o MP-SP interpôs agravo regimental, para manter a condenação do homem abordado e revistado por guardas municipais. No entanto, o STJ manteve o entendimento. O relator observou ainda que o acusado não estava em situação de flagrante.

Banco tem dever de impedir transações

As instituições financeiras têm o dever de identificar movimentações financeiras que não sejam condizentes com o histórico de transações da conta. Com base nesse entendimento, a 3ª Turma do STJ reconheceu a responsabilidade objetiva de um banco diante de golpe praticado por estelionatário.

Restituição

A 3ª Turma do STJ declarou inexigível o empréstimo feito pelo golpista em nome de dois clientes idosos, além de determinar a restituição do saldo desviado fraudulentamente da conta-corrente. Seguindo o voto da relatora, ministra Nancy Andrighi, a turma reformou o acórdão do TJDF que entendeu ter havido culpa exclusiva dos clientes.



Divulgação

Sistema carcerário

Titular da 1ª Vara de Execução Penal da comarca de Goiânia, o juiz Fernando Oliveira Samuel (foto) é o novo coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado de Goiás (GMF-GO). Ele foi apresentado na segunda-feira, 30. Juiz há 15 anos, dos quais 14 anos atuando na área criminal, ele disse que assumiu a missão com alegria. “Sabemos das dificuldades enfrentadas pelo sistema carcerário, mas o GMF é um canal de diálogo importante”, afirmou.

Parcela deve ser reduzida

O Banco Santander Brasil S.A deverá reduzir o valor da parcela ao patamar de 30% do salário, cobrado de um servidor público em razão dele ter realizado empréstimo consignado junto à instituição financeira. A decisão é do juiz José de Bessa Carvalho Filho, da 29ª Vara Cível de Goiânia. Ele entendeu que, considerando o princípio da dignidade da pessoa humana e o risco de comprometimento da subsistência do devedor, é admitida a limitação dos descontos em folha de pagamento.



O sistema prisional é uma das maiores violações de direitos humanos no Brasil



Luis Roberto Barroso, presidente do STF

ENERGIA

Alego vai investigar contrato entre o Estado e a Equatorial

Carlos Costa

Objetivo é entender compromissos firmados para que empresa cumpra com obrigações; CPI não está descartada

Da Redação

A Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou, na terça-feira, 31, audiência pública que reuniu parlamentares e representantes da Equatorial Energia, empresa fornecedora de energia elétrica para o Estado de Goiás. A iniciativa foi do deputado Gugu Nader (Agir). Ficou decidido que haverá uma investigação do contrato entre o Estado e a Equatorial Energia, de modo a entender os compromissos firmados e garantir que a empresa cumpra suas obrigações.

Não está descartada a realização de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar questões contratuais e técnicas envol-



Audiência pública na Alego discutiu falhas no fornecimento de energia elétrica

vendo a Equatorial Energia. Ficou também pactuada entre as partes a realização de uma audiência técnica dentro de 90 dias para avaliar se houve melhorias efetivas no serviço prestado pela empresa.

O presidente da comissão, Lineu Olímpio, enfatizou que a questão do fornecimento de energia elétrica não é um problema recente e não se limita apenas à atuação da Equatorial Energia, mas abrange todo o sistema de distribuição de energia em Goiás.

Propositor do encontro,

o deputado Gugu Nader reiterou a importância de abordar de forma transparente e direta os desafios enfrentados pelos cidadãos goianos em relação à energia elétrica. "É o momento oportuno para que nós possamos expressar aquilo que a população deseja, aquilo que realmente temos que fazer como deputados", declarou.

O presidente da FGM e prefeito de Campos Verdes, Haroldo Naves (MDB), ressaltou a importância de uma abordagem mais ágil e eficiente para as questões ener-

géticas que afetam os municípios goianos. Durante sua intervenção, Naves destacou as dificuldades enfrentadas pelos prefeitos quando buscam soluções para problemas relacionados à infraestrutura de energia elétrica em seus municípios. Ele apontou situações em que a demora na aprovação e execução de obras elétricas causou prejuízos financeiros às prefeituras.

TRANSPARÊNCIA

O presidente da Equatorial Goiás, Lener Jayme, enfatizou o compromisso

da empresa com a reconstrução da rede de energia no Estado e destacou o pacto da fornecedora em colaborar em todas as instâncias para resolver os desafios enfrentados pelo Estado. Lener Jayme reforçou a transparência da empresa ao disponibilizar um planejamento detalhado de obras e investimentos até dezembro de 2024 e ressaltou que a Equatorial Goiás está empenhada em resolver os problemas relacionados à rede elétrica do Estado e está aberta à colaboração com os municípios.

Em relação aos questionamentos sobre a falta de energia, o gestor esclareceu que a empresa não nega a existência de problemas, mas que está comprometida em solucioná-los. Ele destacou a importância da parceria com os municípios e mencionou mutirões que já foram realizados em várias localidades para melhorar o fornecimento de energia. Sobre a questão da renovação de ativos, Lener Jayme apresentou dados que contradizem a afirmação de que não houve investimentos na infraestrutura da empresa e alegou que houve investimentos significativos na renovação de ativos e na melhoria da rede elétrica.

CÂMARA

CCJ libera clubes de tiro sem restrições em Goiânia

Divulgação

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Câmara de Goiânia se reuniram mais uma vez, em caráter extraordinário, na terça-feira, 31, para finalizar a votação das emendas ao projeto de lei complementar do novo Código de Posturas do Município (PLC nº 16/2022), de propositura do Poder Executivo.

Foram votadas as 12 emendas restantes e a CCJ concluiu análise da matéria, que segue para segunda votação em Plenário.

Em contrariedade ao parecer da relatora, Sabrina Garcez (Republicanos), a comissão aprovou duas emendas que receberam pedidos de votos em separa-

do. Uma delas, de autoria do vereador Cabo Senna (Patriota), autoriza funcionamento de clubes de tiro desportivo sem restrição de localização e de horário.

A vereadora Kátia Maria (PT) alertou sobre a "inconstitucionalidade da proposta". O texto, segundo a parlamentar, contraria o Estatuto do Desarmamento e decreto presidencial — que estabelecem distanciamento mínimo desses clubes em relação a escolas e restringem horário de funcionamento entre 6 e 22 horas. O pedido pela aprovação da emenda, acatado pela maioria dos membros, partiu de Léo José (Republicanos).

Já em relação à Emenda



A relatora, Sabrina Garcez, mudou entendimento sobre uso compartilhado

nº 37, proposta por Leandro Sena (sem partido), Sabrina Garcez alterou seu parecer. Inicialmente, a relatora entendeu que o conteúdo da matéria — sobre escritórios de uso compartilhado — versava a respeito de matéria tributária, ensejando projeto de alteração ao Código Tributário. Sabrina, no entanto, mudou seu entendimento.

Em conformidade com o parecer da relatora do projeto, a comissão rejeitou oito emendas. Entre elas, proposta — de autoria do vereador Paulo Magalhães (União Brasil) — para diminuir a distância mínima entre ambulantes estacionados em logradouros públicos, de 200 para 50 metros.

SOCIAL

Plano Brasil sem Fome atende 1,6 mil famílias em Goiás

Secom Goiás

Goiás formalizou adesão ao projeto na presença do ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias; governo federal dobrou o recurso para aquisição de alimentos



Caiado formaliza adesão ao Plano Brasil Sem Fome, em evento com a participação do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias

Da Redação

O governo de Goiás e a União formalizaram a implantação de dois projetos dentro do Plano Brasil sem Fome. Pela iniciativa, 1,6 mil famílias que integram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado receberão repasse de R\$ 4,6 mil para fortalecer a produção da agricultura familiar. Em outra ponta, o governo federal dobrou o recurso para o PAA, de R\$ 8 milhões para R\$ 16 milhões, viabilizando ampliação desses beneficiados.

“Precisamos de gestos cada vez maiores de compartilhamento de ações. Temos

um objetivo final comum que é melhorar a vida das pessoas e trabalharemos sempre por isso”, destacou o governador Ronaldo Caiado, ao formalizar a adesão do estado, ao lado do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, na terça-feira, 31, em Goiânia.

Iniciativas como o Mães de Goiás (de repasse direto de R\$ 250 mensais para famílias com crianças de zero a seis anos), o Aluguel Social (repasse de R\$ 300 mensais para custeio de aluguel), Crédito Social (repasse de R\$ 5 mil para início de uma atividade econômica), todas para pessoas em vulnerabilidade,

dentre outras, fizeram com que a pobreza e extrema pobreza em Goiás tivessem redução 4% em quatro anos e foram enaltecidas pelo ministro Wellington Dias.

“Hoje liberamos projetos do PAA e de fomento rural com o objetivo de produzir alimentos e garantir que a gente tenha uma integração de programas que o Estado e o município já têm. O outro caminho é como trabalhar para também tirar da pobreza. Aqui o esforço é através do emprego e do empreendedorismo”, sintetizou o ministro. O Governo de Goiás executa, por meio da Seapa, o PAA Federal no Estado de Goiás. O Programa é efetivado com recursos repassados

pelo MDS. Neste calendário, iniciado em outubro de 2023 e que segue por 12 meses, o orçamento ordenado foi de R\$ 4 milhões.

“A agricultura familiar é o segmento responsável pela produção e distribuição da maioria dos alimentos que compõem a cesta básica”, explicou o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leonardo Rezende. “Nós também construímos a política pública através do PAA estadual e os recursos do fundo do Protege nos garantiram aproximadamente R\$ 12 milhões. Será um reforço importante”, detalhou.

Entre outras ações voltadas à segurança alimentar,

o Goiás Social já entregou mais de 1,2 milhão de cestas básicas, serviu R\$ 15 milhões de refeições a um custo simbólico de R\$ 2 nas 14 unidades do Restaurante do Bem e, por meio do programa NutreBem, já distribuiu mais de 350 mil pacotes de Mix do Bem, um alimento nutritivo que rende até 10 porções e contribui para ampliar a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade social no Estado.

CADÚNICO

Ainda no evento, em uma segunda vertente da ação, foi assinado um protocolo de intenção para promover acesso de pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) em vagas de emprego. A estratégia envolve esforços também do município de Goiânia.

As assinaturas ocorreram durante a programação da VII Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Goiás (Cesan). As ações do Estado para combater a fome são foco do diálogo promovido dentro da Conferência com ênfase na segurança alimentar e nutricional, além do fortalecimento de políticas para garantir o direito à alimentação adequada.

TECNOLOGIA

Conferência de Inteligência Artificial é lançada em Goiânia

Lucas Diener

O Governo de Goiás divulgou, na noite de terça-feira, 31, alguns dos participantes previstos para a AI Summit GO, conferência sobre inteligência artificial que vem sendo planejada pelo Estado, com data para o primeiro semestre de 2024. Durante lançamento oficial, no HUB Goiás, em Goiânia, foi confirmado o convite a empresários e pesquisadores da Finlândia, Canadá e China, cuja Embaixada participou da solenidade; além de grandes empresas nacionais e internacionais, como Nokia, IBM, Everest, Cilia e Corejur; Sistema S; e Unesco.

Este será o primeiro evento de porte internacional sobre o assunto realizado em território goiano. “A

meta é que Goiás se torne primeiro lugar no Brasil na área de inteligência artificial e essa conferência será fundamental para mostrar o que já estamos fazendo nesse sentido”, afirmou o governador Ronaldo Caiado.

Com organização da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e vários outros órgãos e entidades, a AI Summit GO terá uma programação de palestras, workshops, apresentação de casos de sucesso e programas de apoio, tudo de forma gratuita e aberta a pesquisadores, empresários, startups, estudantes e comunidade em geral.

O coordenador científico do Centro de Excelência e



Lançamento de conferência de IA reúne empresários, autoridades e pesquisadores

Inteligência Artificial (Ceia) da UFG, Anderson Soares, salientou que também será possível mostrar como a inteligência artificial está presente na vida do cidadão. “Pretendemos mostrar isso por meio dos produtos que a gente ajudou a desen-

volver, porque ajuda a materializar e a exemplificar para as pessoas onde isso está presente e como já é muito real no cotidiano, na vida”, explicou. O Ceia recebeu R\$ 12 milhões em recursos do Estado e é considerado um dos centros de

ponta no Brasil, com captação de R\$ 178 milhões em investimentos.

INICIATIVAS

O Governo de Goiás tem utilizado ferramentas de inteligência artificial em serviços nas áreas de saúde e fiscalização. Entre as novidades, destaque para o Caren, projeto da Secretaria de Estado de Saúde que utiliza a tecnologia para monitorar recém-nascidos hospitalizados, contribuindo para redução da mortalidade infantil. Na Secretaria da Economia, um sistema pioneiro no país agiliza o trabalho de auditores e possibilita cruzamento de dados para identificar veículos de carga que transportam produtos com indícios de sonegação.

CENSO

Goiás tem mais mulheres do que homens

50,9% da população goiana é do sexo feminino, enquanto 49,1% é do sexo masculino



Mulheres são maioria na população de Goiás e do Brasil, segundo dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE

PERFIL E TENDÊNCIAS DA POPULAÇÃO MASCULINA NO BRASIL

No Brasil, a população masculina é de 98.532.431, o que representa 48,5% da população total do país, que é de 203.080.756. Em Goiás, os homens representam 49,1% da população total, com 3.466.941 homens entre os 7 milhões de habitantes do estado.

Apesar da predominância feminina na população total, em 61,7% dos municípios goianos, a população masculina é maior do que a feminina. As cidades de Sítio d'Abadia, Santa Cruz de Goiás e Perolândia se destacam nesse aspecto, com 53,6%, 53,2% e 53,2% de homens, respectivamente.

No entanto, apenas três estados brasileiros têm mais homens do que mulheres: Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Em Mato Grosso, a população masculina chega a 50,3%.

Da Redação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do Censo Demográfico 2022, que mostram que as mulheres são maioria tanto na população de Goiás quanto na do Brasil. Segundo o levantamento, 50,9% dos 7 milhões de habitantes de Goiás são do sexo feminino, o que representa 122,6 mil mulheres a mais do que homens. No Brasil, a proporção é de 51,5% de mulheres entre os 203 milhões de brasileiros, um aumento de 0,2% em relação ao censo

anterior, realizado em 2010.

O censo também apontou que a região Sudeste é a que tem a maior diferença entre homens e mulheres, com 51,8% de mulheres, enquanto a região Centro-Oeste, onde está localizado Goiás, ocupa o quarto lugar, com 50,8% de mulheres. Apenas três estados brasileiros têm mais homens do que mulheres: Mato Grosso,

Roraima e Tocantins. O Rio de Janeiro é o estado com a maior proporção de mulheres, com 52,8%.

Goiânia é o município goiano com o maior percentual de mulheres na população residente, com 52,6%, seguida por Paranaiguara e Palmelo, com 52,3% e 52,1%, respectivamente. Por outro lado, Sítio d'Abadia, Santa Cruz de Goiás e Perolândia são as cidades com mais

homens do que mulheres, com 53,6%, 53,2% e 53,2%, respectivamente.

O censo também evidenciou o envelhecimento da população brasileira, com a redução da parcela de pessoas com idades entre zero e 14 anos, que ficou abaixo dos 20% do total de habitantes, e o aumento da expectativa de vida, que passou de 73,8 anos em 2010 para 76,2 anos em 2022.

As obras do Cora estão em ritmo acelerado para salvar vidas.



As obras do CORA, Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás, estão avançadas. E, assim como os versos de Cora Coralina, vão angustando nossa esperança como paredes sólidas.

A fundação dos prédios da Ala Infantil e de Transplante de Medula Óssea já está pronta. E a construção dos blocos anexos está a todo vapor.

CORA, o maior hospital público de combate ao câncer, é uma obra do Governo de Goiás.

goias.gov.br/cora

40% das obras concluídas

- Fundação principal **100% concluída**
- Cobertura final **100% concluída**
- Instalações elétricas e hidráulicas em **fase adiantada**






CORA Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás



GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Foto: Centro de Obras - CORA - 04/2023

SEGURANÇA

Prefeitura investe R\$ 15 milhões em sistema de videomonitoramento da capital

Mais de duas mil câmeras de alta definição foram instaladas em pontos estratégicos da cidade e são acompanhadas por uma central na Sictec

Dhayane Marques

A Prefeitura de Goiânia investiu R\$ 15 milhões na ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da cidade. São mais de duas mil câmeras de alta definição que captam imagens em tempo real de ruas, avenidas, parques, praças, escolas



Centro de Controle Integrado (CCI), operado na sede da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia (Sictec)

e unidades de saúde. As imagens são monitoradas 24 horas por dia por uma equipe na sede da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia (Sictec), que aciona a Guarda Civil Metro-

politana (GCM) ou outros órgãos de segurança em caso de ocorrências.

O sistema conta com câmeras Speed Dome 360°, que permitem visão panorâmica e zoom, e câmeras LPR,

que fazem a leitura de placas de veículos. Essas câmeras são usadas para o projeto de cercamento eletrônico, que visa combater o furto e roubo de veículos, e para o controle do tráfego dos ôni-

bus do BRT Norte-Sul, que já tem todo o seu trecho construído monitorado. Além disso, a Prefeitura está instalando câmeras e Wi-Fi nos terminais e estações do BRT.

O prefeito Rogério Cruz destacou que o sistema de videomonitoramento é uma ferramenta importante para prevenir e coibir ações criminosas, como roubos, furtos e depredação do patrimônio público. Ele afirmou que os investimentos na área de segurança serão constantes e que a GCM terá todo o apoio para prestar um serviço de excelência à população. "A fiscalização, orientação e conscientização de toda a população, em especial nas comunidades com atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade e dentro do procedimento operacional padrão, é uma prioridade da nossa Guarda", disse.

Centro de Controle Integrado com Tecnologia Avançada

A Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia (Sictec), atua provendo toda a tecnologia necessária para que os órgãos presentes no Centro de Controle Integrado possam fazer uso dentro das suas atribuições, a exemplo das secretarias de Mobilidade Urbana, Educação e Saúde.

Com o sistema, a Sictec

auxilia na elaboração de projetos unificados de videomonitoramento e segurança que sejam totalmente integrados e compatíveis com a tecnologia utilizada pela Guarda Civil Metropolitana.

Os agentes da Guarda Civil, presentes no CCI, acionam as unidades de rua com base nas ligações recebidas pelo número 153 e

das ocorrências geradas através das câmeras do Centro de Controle. No caso da Mobilidade, os agentes utilizam as câmeras do CCI para realizar a fiscalização e autuação de trânsito, como multas por estacionamento irregular, falta de cinto de segurança, uso do telefone celular, conversão irregular e demais infrações.

Wellington Paranhos, Comandante da Guarda Civil Metropolitana, lembra que o monitoramento, antes de 2021, era precário, com poucas câmeras pela cidade. No entanto, ele aponta que essa realidade mudou com a atual gestão, que investiu na aquisição e instalação de novos equipamentos. "Estamos em tratativas, junto à

Mobilidade, para compartilhamento de informações das nossas câmeras com as que possuem radares, que fazem a leitura de identificação de veículos furtados ou roubados, para que possamos fazer um trabalho ainda mais rápido, para recuperarmos esses produtos frutos de roubos e furtos", afirma Paranhos.

SEGURIDADE SOCIAL

Anápolis adota novas medidas para garantir a saúde financeira do Issa

Com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira de Anápolis, a prefeitura está introduzindo novas estratégias para mitigar a inadimplência. Uma dessas medidas é um novo decreto que altera a forma como o Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis (Issa) é financiado. O Issa tem se tornado cada vez mais financeiramente autônomo, graças a uma série de ações de recuperação fiscal implementadas desde 2017.

O novo decreto, publicado no Diário Oficial do Município, estabelece que os repasses mensais ao Issa não são mais obrigatórios e serão

feitos conforme a necessidade do instituto. Isso é um reflexo da autonomia financeira que o Issa alcançou, reduzindo um déficit de R\$ 7 bilhões em 2017 para os atuais R\$ 500 milhões.

Eduardo Milke, presidente do Issa, destaca que o déficit pode variar de acordo com uma série de indicadores. Ele lembra que, no início de 2022, o déficit foi zerado pela primeira vez na história de Anápolis. No entanto, após um reajuste salarial, ele aumentou para R\$ 500 milhões.

O decreto atual é apenas uma das muitas medidas que estão sendo tomadas para garantir a sustentabilidade econômica do muni-



O ISSA reduziu um déficit de R\$ 7 bilhões, em 2017, para os atuais R\$ 500 milhões

cípio. Outras ações incluem a criação de uma loteria municipal, com 80% da

receita sendo destinada ao Issa, e leilões planejados de áreas públicas cedidas pelo

município.

Oldair Marinho, secretário municipal de Economia e Planejamento, garante que as mudanças não afetarão os aposentados e pensionistas. Ele explica que o novo decreto suspende os efeitos de um decreto anterior, de 2021, e garante que o tesouro municipal fará os repasses necessários para o pagamento das folhas.

Marinho enfatiza que essas mudanças são baseadas em estudos contínuos que avaliam o impacto econômico para todas as partes envolvidas. Ele afirma que as estratégias são constantemente adaptadas para garantir a melhor saúde financeira possível para o município.

ESCOLA

DEFASAGEM

Apenas 60,3% dos jovens completam o Ensino Médio até os 24 anos

Em Goiás, os dados mostram uma melhoria nos indicadores de abandono escolar, mas ainda há um desafio em relação à distorção idade-série

Dhayane Marques

A evasão escolar é um problema grave que afeta milhares de jovens brasileiros todos os anos. Segundo uma pesquisa da Firjan Sesi e Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), meio milhão de brasileiros com mais de 16 anos deixam a sala de aula anualmente, seja por necessidade de trabalhar, seja por falta de interesse ou de perspectivas. Apenas 60,3% dos jovens completam o Ensino Médio até os 24 anos, sendo que entre os mais pobres esse número cai para 46%.

A pesquisa "Combate à evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades" identificou as principais causas e consequências da evasão escolar no país, bem como as possíveis soluções para o problema. Entre as causas, estão a necessidade de trabalhar, a falta de interesse ou de perspectivas, a gravidez na adolescência, a violência e a baixa qualidade da educação. Entre as consequências, estão a redução das chances de emprego e renda, o aumento da vulnerabilidade



Divulgação

O levantamento apontou que meio milhão de brasileiros abandonam a escola anualmente

social e o prejuízo para o desenvolvimento econômico.

"A iniciativa decorre da constatação de que os jovens entram no mercado de trabalho com qualificações insuficientes, contribuindo para o

aumento dos jovens 'nem nem', que não estudam nem trabalham. Essa situação coloca o Brasil em desvantagem em comparação com países como Colômbia, Costa Rica e México, exigindo uma ação coordenada

da sociedade como resposta." destaca Andréa Marinho, consultora de Educação da Firjan Sesi e responsável pelo projeto.

Entre as consequências, estão a redução das chances de emprego e renda, o aumento da vulnerabilidade social e o prejuízo para o desenvolvimento econômico. A pesquisa estima uma perda vitalícia de R\$ 372 mil por estudante, levando em consideração fatores como menores perspectivas de emprego, expectativas salariais reduzidas, perdas devido à redução da contribuição para a atividade econômica, diminuição da qualidade de vida e maior probabilidade de envolvimento em crimes.

Para combater a evasão escolar, a pesquisa propõe uma série de medidas que envolvem o governo, as escolas, as famílias, as comunidades e as empresas.

Uma análise dos indicadores de abandono escolar

Em Goiás, os dados mais recentes da Secretaria de Educação, atualizados em abril deste ano, mostram uma melhoria nos indicadores de abandono escolar. Em 2021, o percentual de abandono foi de 1,3% no Ensino Médio e 0,5% no Ensino Fundamental. No entanto, persiste o desafio da distorção idade-série, que se refere aos alunos que estão atrasados em relação à sua faixa etária.

A distorção idade-série é um reflexo direto da evasão e do abandono escolar. Muitos estudantes nesta situação interromperam seus estudos e retomaram posteriormente. Esta situação pode prejudicar o desempenho e a motivação dos estudantes, que podem se sentir deslocados em relação aos seus colegas.

Para combater a distorção

SAIBA MAIS

Medidas para combater a evasão escolar

- ✓ Melhoria da qualidade da educação: Investir na formação dos professores e na infraestrutura das escolas pode tornar o ambiente escolar mais atrativo para os jovens.
- ✓ Programas de apoio: Oferecer apoio pedagógico e emocional aos estudantes pode ajudá-los a superar as dificuldades acadêmicas e pessoais.
- ✓ Currículo relevante: Um currículo que esteja alinhado com as necessidades e interesses dos jovens pode aumentar o engajamento dos estudantes.
- ✓ Incentivos financeiros: Bolsas de estudo e auxílios financeiros podem ajudar os estudantes a permanecerem na escola.
- ✓ Prevenção à gravidez na adolescência: Programas de educação sexual e reprodutiva podem prevenir a gravidez na adolescência, uma das causas do abandono escolar.
- ✓ Combate à violência: Ações para combater a violência nas escolas e nos territórios podem criar um ambiente seguro para os estudantes.
- ✓ Apoio psicossocial: O apoio psicossocial pode ajudar os estudantes a lidarem com problemas emocionais e familiares que podem levar ao abandono escolar.
- ✓ Educação continuada: Programas de educação continuada podem oferecer oportunidades para os jovens que abandonaram a escola retornarem aos estudos.

idade-série, é crucial democratizar o acesso aos cursos para jovens e adultos concluírem os Ensinos Fundamental e Médio. Esses cursos devem ser flexíveis,

acessíveis, pedagógicos e motivadores. Além disso, é importante estabelecer parcerias com empresas e organizações que possam oferecer oportunidades de

emprego e renda aos jovens que concluem os estudos.

A superintendente de Gestão Estratégica e Avaliação de Resultados da Seduc, Márcia

Carvalho, atribui a redução da evasão escolar em Goiás às ações promovidas pela pasta ao longo dos últimos anos. "É fruto de muito esforço e trabalho da Secretaria da Educação por meio de políticas contra a evasão escolar. Fazemos acompanhamento mensal da frequência dos estudantes e promovemos a busca ativa, que é buscar o infrequente para ele retornar para a escola, e isso tem surtido muito efeito", explicou.

A evasão escolar no Brasil e em Goiás é um problema complexo que exige uma ação conjunta e coordenada de todos os setores da sociedade. A educação é um direito humano fundamental e um fator essencial para o desenvolvimento do país. Portanto, investir na educação é investir no futuro dos jovens e do Brasil.

PESQUISA

Poluição do ar nas salas de aula prejudica o desempenho dos alunos

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Brasília revelou que a poluição do ar nas salas de aula brasileiras está afetando negativamente o desempenho dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A pesquisa, que analisou

dados de satélite de 25.390 escolas de ensino médio entre 2000 e 2020, descobriu que a média da poluição do ar era quase o dobro do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os pesquisadores explicaram que os poluentes podem

penetrar nas salas de aula e prejudicar as capacidades cognitivas dos alunos. O estudo sugere que os investimentos futuros devem se concentrar na redução dos níveis de poluentes nas salas de aula, pois pequenas variações nas pontuações dos

exames podem determinar o ingresso dos alunos em universidades e cursos específicos.

Atualmente, tramita no Senado o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 007, de 2021, que visa garantir o direito à qualidade do ar em ambientes inter-

nos públicos e privados. Especialistas afirmam que é necessário medir e monitorar continuamente a qualidade do ar nos ambientes fechados e tratar esse assunto com a mesma seriedade com que se trata a qualidade da água potável.

Dhayane Marques dhayanemarquess@hotmail.com

Emprego

Em setembro, Goiás registrou uma queda na geração de empregos formais, apesar de ainda estar em um cenário considerado estável. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgou que foram abertos 4.489 postos de trabalho com carteira assinada, uma diminuição em relação aos 6 mil de agosto. Comparado ao mesmo mês do ano anterior, houve uma queda de 25,8% na criação de empregos. No entanto, a economista Greice Guerra não considera a queda expressiva.

Caged

Nos primeiros nove meses deste ano, foram criadas 74.050 vagas. Apesar da desaceleração em setembro, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, manteve a projeção de criação de 2 milhões de postos de trabalho para este ano no Brasil. No entanto, ele não descartou a possibilidade de uma revisão para baixo, com o número finalizando em 1,9 milhão.

E em Goiás...

Na análise por setores, os segmentos de Indústria, Construção, Comércio e Serviços apresentaram crescimento na criação de empregos formais em setembro, com 1.162, 306, 1.906 e 1.643, respectivamente. Já o setor de Agropecuária teve queda de -528 empregos formais.

“Selic”

O Copom reduziu a Selic para 12,25% ao ano na reunião de quarta-feira (1º), marcando o terceiro corte na taxa básica de juros em 2023. No entanto, os empréstimos para empresas devem permanecer com juros em torno de 22%, um patamar acima do indicador base. Mesmo se a taxa básica de juros cair para 11,75% ao ano até o final de 2023, as taxas para as empresas continuarão em um patamar relativamente alto.

Divulgação



Liderança

Irma Fernandes, presidente do Sindimaco-GO e uma das fundadoras da Rede da Construção, assume interinamente a presidência da Fecomércio-GO por 11 dias. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo em 75 anos de história da federação. Durante seu mandato, Irma expressou determinação em fortalecer os laços comerciais em Goiás e impulsionar a economia local.

Divulgação



43% dos trabalhadores remotos mudariam de emprego se presencial voltasse

Uma pesquisa encomendada pelo Grupo QuintoAndar, que atua no mercado de moradia, revelou que 43% dos trabalhadores remotos procurariam outro emprego caso o home office chegasse ao fim em seu atual ambiente de trabalho. O estudo também mostrou que o tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho é um fator que influencia na preferência pelo regime remoto.

A pesquisa foi realizada pela Offerwise com 1.914 pessoas nas 27 capitais do Brasil, via questionário online. Entre os entrevistados, 60% trabalham pelo menos um dia fora do escritório. Desses, 37% têm um formato híbrido de trabalho e 23% estão em regime totalmente remoto. O tempo médio de deslocamento dos trabalhadores nas capitais brasileiras é de 42 minutos, sendo que em São Paulo esse tempo sobe para 51 minutos.

O estudo também mapeou a relação entre casa e trabalho e o quanto ela impacta a demanda por imóveis. Os dados apontam que os brasileiros ainda desejam morar próximo ao emprego, mas também valorizam um espaço para trabalhar de home office dentro de casa. Morar em um local silencioso para trabalhar remotamente é considerado o fator mais importante na hora de escolher um imóvel para morar, seguido por uma moradia espaçosa, com separação entre os ambientes.

Perfil de preferência pelo home office

O levantamento aponta que a preferência pelo home office varia com a idade dos brasileiros. Pessoas entre 35 e 44 anos mostram maior desejo de permanência no regime remoto, com metade delas buscando outro emprego se o trabalho presencial for exigido todos os dias. Na faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual é de 39%. No entanto, a porcentagem cai para 41% entre 44 e 55 anos e recua ainda mais, para 37%, para quem tem mais de 55 anos. Essas características estão relacionadas às responsabilidades familiares, experiência de mercado e desenvolvimentos profissionais diferentes entre as idades.

Maquininhas

As empresas de maquininhas de cartão se opõem ao desligamento das redes 2G e 3G pelas operadoras de telefonia móvel. Elas alegam que dependem dessas conexões para operar em áreas rurais e remotas. A Anatel está analisando o assunto.

Feirão

O Feirão Serasa Limpa Nome é uma oportunidade para os consumidores quitarem suas dívidas com descontos de até 99%. O evento vai de 30 de outubro a 30 de novembro e conta com mais de 500 empresas participantes, incluindo concessionárias de energia. Os acordos podem ser feitos pelo site ou app da Serasa.

Desenrola

O Desenrola Brasil é um projeto do Governo Federal para facilitar a renegociação de dívidas com empresas públicas e privadas. As empresas que aderiram ao programa oferecem descontos de até 90% para pagamento à vista. Esses mesmos descontos estarão disponíveis no Feirão Serasa Limpa Nome.

Crescimento demográfico

A cidade de Trindade, localizada a 25 km de Goiânia, registrou um aumento notável de 36,3% em sua população nos últimos 12 anos, totalizando 142.431 habitantes, ganhando destaque como a 9ª cidade mais populosa de Goiás. Esse crescimento é atribuído à melhoria da economia, com a chegada de indústrias, aumento de serviços e comércio, além da geração de empregos. O município tem atraído moradores que buscam uma melhor qualidade de vida, impulsionando o desenvolvimento local, com o PIB per capita aumentando quase 50% em uma década. A cidade também se destaca na educação, saúde e turismo, enquanto novos empreendimentos imobiliários oferecem diversas opções de moradia, como o condomínio horizontal "Santíssimo" da Aoka Urbanismo. Trindade mantém suas raízes culturais e históricas, sendo um lugar valorizado pelos goianos.